

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Pandemia do Novo Coronavírus e Trabalho Informal: Breves elementos conceituais sobre Precariado e Subjetividade

-

Matheus Fernandes de Castro¹

Ana Celeste Casulo²

O presente ensaio tem por finalidade tratar dos impactos da pandemia do novo coronavírus no “precariado”, a camada social da classe do proletariado que vive sob a égide do trabalho informal, situação que vem há anos gerando uma consciência contingente de classe fragmentada, com graves consequências para qualquer tentativa de emancipação, ou mesmo, para o enfrentamento das contradições produzidas pela superexploração do trabalho. É importante deixar claro que as situações de profunda precariedade das condições de trabalho, já existiam muito antes da atual pandemia. O novo coronavírus apenas as revelou, expondo a miséria do trabalho de uma parcela significativa dos trabalhadores. Inclusive, a precarização do trabalho vem promovendo o

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Psicologia Social da Unesp-Assis e coordenador do laboratório de psicologia ambiental do departamento de psicologia experimental e do trabalho (LAPA-PET). É professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Univ. Estadual Paulista - Unesp.

² Psicóloga e Psicanalista, Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade integradas de Patos (FIP). É mestranda do programa de Pós-graduação do curso Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

empobrecimento da classe trabalhadora no mundo em larga escala, criando um clima propício para convulsões sociais.

O governo Michael Temer (2016-2018), ao lado das políticas neoliberais adotadas, tal como a Reforma Trabalhista (2017), aprofundou mais ainda as desigualdades sociais dentro da classe trabalhadora no Brasil. O governo de Bolsonaro (2019-2020) deu prosseguimento às políticas de precarização do trabalho, aprovando, dentre outras medidas, a Reforma da Previdência. É importante salientar que ambos contaram com um significativo silêncio, quando não, com o apoio silencioso de grande parte da classe trabalhadora. Entende-se aqui, que tal adesão vem sendo construída desde o começo da década de 2000, antecedendo os governos supracitados e se assentando sobre a ideia do “auto-empendedorismo”. Este elemento da cultura neoliberal é fundamental para a compreensão tanto do sucesso das alterações políticas e legais ocorridas no país, quanto para o desenvolvimento do sistema produtivo atual, marcado pelo que vem sendo chamado de “uberização do trabalho” sob o capitalismo de plataforma. Ele nos permite também compreender melhor a fragmentação da consciência contingente da classe por conta da consolidação do trabalho informal. Por outro lado, vale destacar o empreendimento cooperativo e solidário que marca inúmeras iniciativas populares no Brasil e no mundo que se movimentam no sentido contrário aos valores neoliberais.

Com a pandemia do novo coronavírus, o mito do empreendedorismo, que vinha sendo destacado no debate acadêmico e que vinha ganhando novas matizes para uma parcela dos trabalhadores que se sentiu desamparada pelo Estado burguês capitalista e oprimidos pela exploração das empresas capitalistas, mostrou a sua essência farsesca. Apesar disso, se olharmos para a pauta do principal movimento dos trabalhadores do ano de 2020 até aqui (greve nacional dos entregadores de aplicativos), poderíamos imaginar que tais trabalhadores percebem melhor os efeitos do desamparo do que propriamente suas causas, pois muitos julgam melhor manter as relações de trabalho atuais e lutam, principalmente por melhorias nas formas de remuneração e por alguns benefícios. O apoio

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

dos sindicatos foi amplamente recusado, bem como qualquer vinculação político partidária do movimento. Somente uma pequena parcela dos manifestantes (que já representavam um pequeno grupo dentro da categoria) deseja direitos trabalhistas, vínculo empregatício e o fortalecimento político da categoria, indo na contramão da ideologia do auto-empendedorismo por percebê-lo como umas das causas de seus problemas atuais.

As contradições internas do movimento dos entregadores de aplicativos nos ajudam a compreender porque grande parte da população trabalhadora brasileira, que dependia de iniciativas empreendedoras para ter renda, culpa o distanciamento social e o aumento do desemprego pela piora de suas condições de vida. Boa parte dos trabalhadores não direciona sua análise para as consequências da informalização e da precarização do trabalho, impulsionadas pelos valores do auto-empendedorismo, assim como sobre seus impactos na questão da consciência de classe.

É preciso compreender as dimensões da precariedade das condições de existência da classe trabalhadora num cenário de nova ofensiva neoliberal e vigência da necropolítica³ do capital. A dinâmica do modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração (ou extração da mais-valia) do trabalho vivo, em prol da acumulação do capital das grandes empresas. Temos presenciado a aceleração das mudanças produtivas visando explorar o trabalho vivo, fazendo com que homens e mulheres que vivem da venda da força de trabalho tenham que dispendir bastante energia psíquica para se adaptar as persistentes metamorfoses das condições de produção capitalista, o que como nos mostra Weil (1979) já na primeira metade do século passado; e Svartmann (2010),

³ *Necropolítica* é um conceito desenvolvido pelo filósofo, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe, para caracterizar um tipo de “política da morte” utilizada pelo Estado. Ela não é um episódio, não é um fenômeno que foge a uma regra: ela é a regra. O autor elabora esse conceito à luz do estado de exceção e do estado de terror. Uma das inspirações dele é o Michel Foucault, com a biopolítica. (BORGES, Roseane. “O que é necropolítica e como se aplica a segurança pública no Brasil”, in *Ponte*, 25/09/2019. Disponível em <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 26/11/2020).

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

levando a um esgotamento psíquico que dificulta, ou mesmo inviabiliza, o pensamento e a reflexão, seja na situação de trabalho, seja na hora do descanso.

A velocidade de mutação da organização do trabalho, tornou a tarefa de adaptação do trabalho vivo cada vez mais desgastante, tornando-se uma tarefa (in) humana⁴. A prova disso é o número de adoecimentos no trabalho, sobretudo as produções sintomáticas psíquicas que vem aumentando a cada ano. Atualmente, a depressão é a segunda causa de afastamento do trabalho, mas daqui a poucos anos, será a primeira causa; isso se não surgir no lugar dela, uma outra forma de manifestação sintomática de sofrimento psíquico, causada pelas péssimas condições de trabalho⁵. Tais condições de trabalho degradantes operam uma tensão recorrente da subjetividade das pessoas que trabalham como desgaste mental, sofrimento patogênico dentre outras formas de sofrimento. Foi nestas condições históricas de precarização do trabalho e das condições de existência agudizadas, que surgiu a maior crise sanitária global dos últimos 100 anos.

Parte do campo da saúde do trabalhador vinculada à Psicologia Social e do Trabalho, tem se esforçado para compreender a saúde e a doença, como um conceito mais amplo e menos individualizado, passando por questões sociais, políticas e econômicas explicitadas pela pandemia (SATO, 1993). Por isso, existe o esforço para compreender como o isolamento adoecce; a negação adoecce e mata; e como algumas práticas comunitárias têm sido fundamentais para a população mais pobre diminuir o número de

⁴ O termo “inumano” não designa uma visão pós-moderna, irracionalista ou niilista do homem, que, como regra geral, visa erradicar o sentido de humano em nome da plasticidade homem-animal (como sugere o conceito de *devenir-animal* de Deleuze e Guattari, 1980) ou, ainda, do hibridismo homem-máquina, como sugere a tese de Ray Kurzweil em *A era das máquinas espirituais* (2007). Não se trata disso. Zizek não é um pós-moderno, mas um moderno convicto. Para ele, o fundamento da modernidade, inaugurada pelo *cogito* cartesiano, não é o homem, mas o “sujeito”; que não é uma categoria humana, mas inumana. Assim, por mais estranho que pareça, no coração da modernidade reside não o homem, mas sua radicalidade inumana. (FONSECA, Fernando Facó de Assis. In “Liberdade e natureza (in)humana: Zizek versus Habermas”. Revista Natureza Humana, vol. 17. Número 02, São Paulo, 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302015000200007. Acesso dia 26/11/2020).

⁵ “Trabalho e depressão: um estudo com profissionais afastados do ambiente laboral”. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000200013&lang=en. Acesso dia 20 de maio de 2020.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

adoecimentos e mortes; ou seja, poderíamos resumir tudo isso concentrando nossos esforços para compreender como a submissão das pessoas às suas necessidades de consumo, geradas pelo estilo de vida atual, expõe todos às idiossincrasias do sistema capitalista. O processo de saúde, doença e morte estudado há anos se deflagrou como uma crise civilizatória, agudizada pelo novo coronavírus. Desta forma, também podemos pensar como um dos imperativos da sociedade neoliberal (o valor do empreendedorismo), atinge a subjetividade dos trabalhadores, dificultando uma relação saudável e produtiva com o trabalho que muitas vezes nos adocece e nos mata, ao invés de nos libertar.

Sendo assim, ao longo da história da Psicologia Social e do Trabalho, buscamos na análise sociológica os fundamentos objetivos do que chamamos de desgaste mental (SELIGMAN-SILVA, 1994), sofrimento psíquico (DEJOURS, 1992), “captura da subjetividade” (ENRIQUEZ, 1994; ALVES, 2009), precarização subjetiva (LINHART, 1991) ou desterritorialização (SVARTMAN, 2010). Esta inspiração exógena tem contribuído com os esforços de vários psicólogos há anos e inspirado diferentes vertentes teóricas, como as Representações Sociais, a Psicologia Social Crítica, os Estudos do Cotidiano, a Psicossociologia ou Sociologia Clínica, as clínicas do trabalho, dentre outras.

1. O conceito de trabalho informal

Em primeiro lugar, é importante dizer que a classe trabalhadora não desapareceu, mas se tornou socialmente mais fragmentada. A “informalidade” tornou-se mais evidente no mercado de trabalho; e o que era compreendido como “exceção” na lógica fordista e que desapareceria com a evolução do capitalismo, não desapareceu; muito pelo contrário, agudizou-se na desestruturação dos mercados de trabalho levados pela crise do modo de produção. O capitalismo da segunda metade do século XX, flexibilizou os direitos trabalhistas duramente conquistados pelos trabalhadores, assim como, enxugou o número de postos de trabalho formal, fazendo da informalidade uma condição natural para os trabalhadores, atualmente.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O uso da expressão “trabalho informal” tem suas origens nos estudos realizados pela OIT no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. O conceito apareceu, de forma particular, nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e Quênia, na África. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o trabalho “informal” é o trabalho sem vínculos registrados na carteira de trabalho, ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovido de benefícios como remuneração fixa e férias pagas. Enfim, estar num “trabalho informal” significa estar diante de muitas incertezas.

De acordo com a OIT, em 2020 - o ano da pandemia do novo coronavírus - cerca de 2 bilhões de pessoas ou 1/3 da população mundial, trabalham no setor informal (a maioria em economias emergentes e em desenvolvimento); e cerca 1,25 bilhões de pessoas estão empregadas em setores considerados de alto risco, expostas aos aumentos “drásticos e devastadores” de demissões e de reduções de salários e de horas de trabalho. Muitas dessas pessoas trabalham em empregos mal-remunerados e de baixa qualificação, para as quais uma perda imprevista de renda acarreta consequências devastadoras. Em termos regionais, a proporção de pessoas empregadas nesses setores em risco varia de 43% nas Américas a 26% na África.⁶ No Brasil, uma pesquisa realizada pelo IBGE e divulgada no dia 14 de fevereiro de 2020, relata que a “informalidade” chegou a 41,1% chegando até a 60% em algumas regiões mais pobres (a maior taxa desde de 2016)⁷.

O conceito de “informalidade” é muito mais amplo que os conceitos de setor formal e informal da economia. A informalidade pode estar presente também no setor formal. Por exemplo: o funcionário público que durante seu expediente vende roupas,

⁶Vide reportagem: “Covid 19 causa perdas devastadores de empregos e horas de trabalho” , disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-covid-19-causa-perdas-devastadoras-de-empregos-e-horas-de-trabalho-no-mundo/>> acesso em 30 de junho de 2020.

⁷ Vide reportagem: “A informalidade atinge recorde em 19 estados e nos distritos federais”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/informalidade-atinge-recorde-em-19-estados-e-no-df-diz-ibge.shtml>> acesso em 30 de junho de 2020.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

perfumes, bijuterias, maquiagens e ou simplesmente trabalham para o Avon, Natura, Boticário com o objetivo de complementar ou melhorar a sua renda exerce uma atividade “informal”. Um outro exemplo – que tem se tornado comum - é o trabalhador formal que faz hora-extra sem receber remuneração pelas horas trabalhadas na empresa, pois tem medo de perder o emprego; ou ainda, o trabalhador da construção civil, que não utiliza os equipamentos de segurança adequados (EPI’s) para preservar sua vida e a vida dos transeuntes que circulam próximos as áreas em construção.

Nestes exemplos, verificamos uma relação de informalidade que permeia o mercado formal, porém isso não é discutido, e inclusive, não é levado em consideração quando se discute o grau de informalidade no mercado de trabalho. A respeito dessa situação, falta uma problematização capaz de refletir sobre os motivos que fazem com que trabalhadores inseridos no setor formal necessitem agir como verdadeiros ambulantes; ou ainda, trabalhadores “formalizados” se tornem precários dentro ou fora de seus locais de trabalho. Mas, o inverso também pode ser observado, isto é, pode-se observar pedaços de formalidade no setor informal, quando, por exemplo, o trabalhador ambulante “informal” utiliza o CPF de sua esposa funcionária pública, para adquirir empréstimos em bancos e poder investir no seu comércio ambulante.

Essa “mistura” de formal e informal é bastante comum no nordeste brasileiro (MALAGUTI, 2000) e revela o completo descaso do Estado burguês em relação a esse trabalhador. A família então passa a fazer o papel que deveria ser do Estado. Neste sentido, os meios de produção do trabalhador ambulante não pertencem a ele mais a sua esposa. Com esse pequeno exemplo pode-se supor que a “formalidade” e a “informalidade” se encontram imbricados e um necessita do outro para viabilizar a sua existência (por exemplo, mesmo dentro do “setor formal” é possível observar pequenas ilegalidades que existem para possibilitar que ele exista) (MALAGUTI, 2000).

As crises do sistema capitalista, que se tornaram mais frequentes e mais violentas a partir de 2008, provocaram mudanças estruturais profundas no que diz respeito ao

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mercado de trabalho. A “informalidade” passou a ocupar um lugar central para a sustentação do capitalismo decadente, como um meio de promover a expansão e aprofundamento do sistema capitalista. A flexibilização do mercado de trabalho virou uma receita certa para manter os lucros das grandes corporações e possibilitar sua sobrevivência.

A ampliação da flexibilização do trabalho de forma global, seguido de uma intensificação da crise do sistema produtivo capitalista, levaram ao aumento da informalidade e de todos os problemas descritos acima. Uma parcela específica da classe trabalhadora, ou seja, pessoas com maior grau de escolaridade, passam a sofrer as consequências das mudanças de forma salarial nunca vistas antes, engrossando a massa da população empobrecida pelo mundo. Assim, todas as dificuldades apresentadas pelos conceitos de setor formal/informal da economia diante do fenômeno da informalidade aumentaram e surgiu a necessidade de novos termos para explicar a realidade que se apresentava. Surgiu o termo “precariado”.

2. O conceito de precariado

O “precariado” é compreendido como sendo o exército de desempregados e trabalhadores precários com alto nível de escolaridade e que sobrevivem através de contratos de trabalho flexíveis sem vínculos trabalhistas consolidados e trabalhos temporários (ALVES, 2010). Um grande número dos trabalhadores precários encontra-se ligados às economias de plataforma. Eles prestam diversos tipos de serviços que vão desde de motorista de aplicativo, a faxineira, a babá de animais domésticos, entregadores de comida, ou de uma série de sites de comércio virtual, ou plataformas de venda (STANDING, 2013). Tanto os trabalhadores por plataforma, quanto os que não se valem dela para prestar serviços, mas também se submetem aos mesmos tipos de relações de trabalho, estão submetidos ao que SLEE (2018) chamou de “uberização do trabalho”. Percebe-se o quanto é difícil começar a definir o que é, e o que não é, a nova precariedade laboral ou a “nova informalidade” (BECK, 1999). Há uma intensificação do uso de

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

tecnologias para a exploração do setor de serviços e de sua heterogeneidade de formas, um ataque massivo aos direitos dos trabalhadores, que têm sido acolhidos pelas instituições nacionais (locais), permitindo a exploração internacional da mão de obra em condições, cada vez piores.

O termo “precariado” foi usado pela primeira vez por sociólogos franceses, para descrever trabalhadores temporários e sazonais. O status de força de trabalho temporária compreende aspectos centrais do precariado associado a baixos salários. Pesquisadores italianos indicam um outro ponto central: a existência de um estado de vida normal precária. Na Alemanha, o precariado engloba desempregados que não tem mais esperança de reintegração social aproximando-se do conceito marxista de “lumpemproletariado”. Já no Japão, precariado é o sinônimo para designar “trabalhador pobre” (STANDING, 2013).

A outra problemática comum aos trabalhadores precarizados diz respeito à falta de uma identidade segura baseada no trabalho, advinda da falta de controle sobre o próprio trabalho, do aumento da insegurança quanto ao vínculo empregatício, quanto às garantias de reprodução da força de trabalho, quanto à segurança de renda e à garantia de representação. O precariado não se sente fazendo parte de uma comunidade trabalhadora. Tal falta de identificação é um fator relevante para as análises da Psicologia Social e do Trabalho, pois permitem pensar em impossibilidades de reconhecimento dos pares, um dos fatores fundamentais para o estabelecimento da ressonância simbólica e, conseqüentemente uma boa manutenção da saúde mental a partir do trabalho (DEJOURS, 1992). Estes apontamentos também poderiam ser lidos como uma dificuldade de participação, representatividade e pertença, dificultando o enraizamento (SVARTMAN, 2010), facilitando o desgaste mental (SELIGMANN-SILVA, 1994), a precarização e a captura subjetiva (LINHART, 1991; HENRIQUEZ, 1994; ALVES, 2011).

É importante deixar claro que o trabalho precário é “útil” para sobrevivência do trabalhador, ou seja, para a manutenção de uma existência, ou uma experiência de vida

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

precária. Tal situação levaria ao desenvolvimento do sentimento de insegurança e, paralelamente, do senso de oportunidade, fazendo com que ele aproveite todas as oportunidades que se apresentam, pois elas são encaradas sempre como chances de sobreviver por mais alguns dias. Ser “precariado” significa estar sujeito às pressões e experiências que levam a uma existência precária de viver no presente, sem uma identidade segura alcançada por meio do trabalho e do estilo de vida. Como nos aponta CERTEAU (1994), esta maneira de viver se aproxima muito mais do que ele chama de “ações táticas”: movimentos cotidianos astutos produzidos para lidar com as contingências e que não permitem o acúmulo de vantagens, pois não possibilitam a construção de *um próprio*, uma associação, um sindicato, ações do tipo estratégico e que possibilitariam, dentre outras coisas o fortalecimento de uma consciência de classe.

Os trabalhadores precários *não* se apresentam hoje como uma categoria de classe que tenha capacidade de organização. A parafernália informacional permeia cada aspecto da vida cotidiana dos precários. Ela passa a influenciar o modo como sentem, agem e pensam, como se ela – a tecnologia - pudesse ocupar o lugar das antigas instituições sociais de organização que foram esvaziadas, perderam o sentido e estão sendo substituídas pelos novos meios informacionais que têm tentado organizar as relações sociais, políticas e econômicas dos precários, com grande impacto na sociabilidade humana, no sistema produtivo, dentre outros aspectos que organizam a experiência de classe (CASTELLS, 1999; 2003).

O “precariado” é a parcela de trabalhadores materializam o “tempo justo” do sistema produtivo (*just in time*), tendo em vista o desenvolvimento dos sistemas informacionais, e por essa razão está contaminado por esta maneira de trabalhar que evolui para a incapacidade de pensar a longo prazo, induzida pela baixa probabilidade de progresso pessoal ou de construção de uma carreira (ALVES, 2017). Diante de um tempo presente que impossibilita o desenvolvimento da identidade do trabalhador com sua condição de trabalhador. Devido a informalidade e a precariedade do trabalho, o sujeito

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que trabalha é afetado direto ou indiretamente pelo desenvolvimento das tecnologias de informação, ficando evidente a dificuldade imposta ao trabalhador para subverter sua condição salarial.

A hegemonia cultural criada pelo capitalismo neoliberal se sobrepõe e tenta subjugar a experiência produtiva e reprodutiva da classe trabalhadora. De acordo com Gramsci nos seus “Cadernos do Cárcere” (1926-1937), para que a hegemonia cultural do capital exista, a classe dominante deve realizar o controle do sistema educacional. Por exemplo, hoje nas sociedades capitalistas, a educação está na mão de grandes empresários que têm a preocupação em (de)formar trabalhadores e formar meros consumidores. Os meios de comunicação de massa são controlados por empresários ou instituições religiosas que vêm difundindo os valores do capitalismo, configurando-se como um “bloco histórico” (GRAMSCI, 2001). Assim, os valores institucionais e ideológicos vão sendo introduzidos nas bases sociais e construindo a ideologia do capital, naturalizando o metabolismo social proveniente do modo de produção capitalista. Karl Mannheim (1982) e Antonio Gramsci (2001) observam que os interesses de um grupo ou classe social produzem conhecimentos sociais que determinam a forma de agir, pensar e sentir dos grupos, o que acaba configurando a formação do pensamento hegemônico da ideologia da classe dominante.

3. O problema da “consciência de classe” do precariado

István Mészáros (1986) problematiza a questão da consciência de classe. De acordo com ele, a abordagem marxiana implica dois problemas básicos que dizem respeito à consciência de classe.

- 1) O proletariado será obrigado a cumprir sua tarefa histórica revolucionária (MARX, 2013)
- 2) O desenvolvimento vital da consciência de classe só ocorre se a classe efetivamente se organizar coletivamente (GRAMSCI, 2001).

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Os ataques do capitalismo à classe trabalhadora provocaram a fragmentação da identidade social que tinha no trabalho o ponto central do processo de subjetivação. A categoria “trabalho” – na perspectiva imediatista - perdeu o estatuto ontológico que determinaria a identidade social e a genericidade humana dá lugar aos particularismos (BENDASSOLLI, 1995). Nessa perspectiva, a classe trabalhadora então fragmentada, trocou as ideias de emancipação por melhorias nos salários e condições de trabalho e representação política e vai se contentando simplesmente na luta para ser incluído na dinâmica da exploração capitalista. Pode-se dizer que o irracionalismo das massas surge como uma forma de sintoma, provocado pela paralisia da classe trabalhadora que já não possui a radicalidade transformadora e vai se adaptando de vida ao estilo burguês:

Enquanto o proletariado compartilhar com o seu rival a instituição anti-humanitária da propriedade da mulher e de seus filhos, ele será absolutamente cúmplice de todo burguês. Enquanto os filhos do proletariado amadurecerem com todas as mesmas aspirações que os do capitalista, com a exigência de poder, de auto ascensão pessoal, estará sempre presente economicamente a disposição para o êxito das tentativas de Ford e em lugar algum poderá se desenvolver uma oposição interna entre duas categorias de seres humanos (a dos existentes e a de uma nova espécie) e suas pretensões de totalidade do mundo, um contraste exclusivo dos dois tipos humanos. (GROSS, 2017, p.247)

De acordo com Otto Gross, é tarefa do revolucionário se preocupar com a preparação do futuro (das) e (para) as crianças, criando pessoas com uma visão livre para a geração que surgirá. É preciso subverter da espécie humana toda e qualquer tendência soberana; é preciso eliminar a “antinatural” *vontade de potência*, ou seja, a força motriz que os seres humanos tem para obter poder subjugando aqueles que são considerados inferiores. Para ele, só com a emancipação será possível desenvolver a vontade de livre relação (GROSS, 2017).

A questão que se coloca então é: em meio a uma pandemia que apenas deflagra e agrava antigos problemas, como fazer despertar o precariado, que diante dos constantes ataques a eles direcionados pela ideologia do capital, transformou-se num contingente de

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

classe não-solidária, não-empática, competitiva e em constante tensão, tendo perdido a devida compreensão de sua condição de vida?

Tal consciência do “precário”, marcada pela aceitação da informalidade do precariado, foi produzida pela cultura neoliberal que estimulou a competição, o individualismo e a mercantilização, sendo estendida para todos os aspectos da vida dos sujeitos. As crises persistentes do capitalismo e a incapacidade de o sistema recuperar-se de sua decadência histórica, produziu o modo de acumulação flexível que deveria – mas não consegue - funcionar como solução para o problema da queda da taxa de lucro.

O precariado surgiu como um contingente ampliado da classe social do proletariado nas condições históricas da acumulação flexível. Com a insegurança laboral, o futuro para jovens-adultos precários passa a ser sombrio, sobretudo pela educação mercantilizada e pelas relações sociais reificadas, o que proporciona um acúmulo de frustrações de expectativas profissionais e de status. O aumento no fluxo de trabalhos temporários faz com que o grande desafio para os precários seja a empregabilidade, que exige que cada um se torne constantemente flexível e apresentável.

A pluralidade de possibilidades sempre precárias, não corresponde para os trabalhadores precários às suas expectativas, tendo como resultado a frustração cada vez mais intensa. Os jovens precários se adaptaram a mercantilização da vida, mas compartilhando uma intensa frustração causada pela flexibilização trabalhista. Como se não bastasse a situação atual do precariado, o mundo se depara com a pandemia do novo coronavírus que tem impactos sanitários, econômicos, políticos e sociais profundos na vida social. É inegável seus impactos sobre o mundo do trabalho e sobre a vida cotidiana das pessoas, principalmente, das pessoas mais pobres.

4. Pandemia e precarização existencial do trabalho vivo

Nem a pandemia (UJVARI,2010) e muito menos a precarização existencial do trabalho vivo (ANTUNES, 2020; ALVES, 2020; CASTRO, 2018), são fenômenos

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

recentes. A pandemia vem sendo anunciada por cientistas há tempos. Contudo se a pandemia do novo coronavírus, era uma virtualidade, a precarização do trabalho está sendo vivenciada e experimentada por grande parte da população mundial desde muito tempo. Buscando compreender analisar a situação dos trabalhadores no processo de precarização do trabalho imposto pelo sistema capitalista, Alves (2016) afirma que é preciso levar em consideração os impactos sociometabólicos do capital no que toca ao processo de *degradação das condições de existência humana* no século XXI. Esses impactos sociometabólicos são o produto objetivo do movimento contraditório do capital e de sua crise estrutural:

Cada elemento de degradação das condições de existência humana deve ser investigado, vinculando-o como uma determinação social da precarização existencial do trabalho vivo, isto é, no bojo da contradição cadente entre capital e totalidade viva do trabalho (ALVES, 2016, p. 180).

Neste sentido, temos em primeiro lugar, a *crise ambiental* causada pela ação predatória do modo de produção capitalista ao ecossistema, provocando sérios problemas ambientais como, por exemplo, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, mudanças climáticas drásticas provocando ondas de calor e frio, que levam a morte as pessoas mais frágeis e vulneráveis. O ataque constante do capital que leva a destruição do ecossistema, põe em risco toda a humanidade, podendo levar à extinção humana. O capitalismo global incorporou o modo de produção do “exterminismo” (E.P.THOMPSON, 1981); ou como diria Mészáros, um “modo de produção destrutivo” (MÉSZÁROS, 2009).

Em segundo lugar, temos a crise urbana que diz respeito à organização dos territórios da vida social nas grandes e pequenas cidades como a especulação imobiliária, a cultura da auto-mobilidade privada que gera impactos na sociabilidade (JACOBS, 2011). Outro aspecto evidenciado por Alves (2016) diz respeito *a alienação da cidade* que se constitui como um traço do movimento da modernidade do capital periférico e hipertardio que vai desde de a mobilidade urbana a degradação dos espaços públicos.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Em terceiro lugar, temos a crise do território natural, ou seja, ao processo de esgotamento de recursos não renováveis como solos, minérios e recursos hídricos devastados pelos oligopólios industriais que alimentam a máquina de expansão da civilização industrial. O capital está promovendo uma verdadeira deterioração da natureza (SANTOS,1996).

Em quarto lugar, temos a insegurança alimentar: produto da alienação e auto alienação que decorre do poder dos oligopólios globais da indústria de alimentação a insegurança alimentar engloba a fome, o uso abusivo de agrotóxicos, alimentos pobres em nutrientes e ricos em substâncias danosas a saúde como gorduras, açúcares, sal, carboidratos (ALVES, 2016).

Em quinto lugar, temos a crise das práxis política da classe do proletariado organizado no plano das democracias representativas ocidentais. Este é um elemento que compõe indiretamente a totalidade concreta de degradação das condições históricas e sociais da existência humana. Neste sentido, isto afeta o processo decisório que implica a participação das massas no controle social e democrático das condições objetivas e subjetivas da reprodução da vida social (ALVES,2016).

Em sexto lugar, temos a degradação do “trabalho decente” com a crise de lucratividade do modo de produção capitalista. O sistema do capital necessita aumentar a exploração para manter a sua lucratividade, começando, deste modo, a surgir toda sorte de trabalhos precários com vínculos trabalhistas fragilizados sem nenhum tipo de garantias mínimas que garantam a sobrevivência do trabalho vivo (ALVES,2016).

Em sétimo lugar, a ampliação da *proletariedade “excluída”* com o aumento das massas de miseráveis, imigrantes e desterritorializados dos locais identitários, culturais e nacionais, fugindo da guerra da pobreza endêmica e dos cenários de um capitalismo dependente (ALVES, 2016). É o que podemos verificar com a legião de miseráveis que andam deambulando pelas cidades sem ter aonde morar e sem ter o que comer.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Somamos à análise acima, a atual *pandemia* que vem assolando o mundo e penalizando, sobremaneira, o mundo do trabalho precarizado. O novo coronavírus pode ser compreendido como um produto da exploração desenfreada do modo de produção capitalista sobre a natureza: desequilibrando-a de forma catastrófica e em uma escala inédita na história humana (o desaparecimento de inúmeras espécies animais e vegetais ameaça vários ecossistemas e o equilíbrio ambiental). Uma das consequências do desequilíbrio ecológico catastrófico é o surgimento de doenças que podem provocar epidemias ou pandemias, isto é, o aumento de ameaças virais, bacteriológicas, parasitárias e fúngicas. Ao lado disso, temos a irresponsabilidade (e o descaso) de governos capitalistas, que nas últimas décadas têm sucateado o sistema público de saúde. A velocidade de contágio se dá de forma extremamente acelerada. Até o momento, a OMS (Organização Mundial da Saúde) estima que 15.788.555 de pessoas foram infectadas pelo novo coronavírus e que cerca de 1,3 milhões de pessoas já morreram em todo mundo vítimas da COVID-19. Contudo, em alguns países a principal causa do avanço da doença tem sido os precários sistemas de saúde pública, produto do desprezo do Estado capitalista pela saúde do trabalho vivo. Diz Alves:

A pandemia do novo coronavírus não surgiu de repente. Infectologistas tinham há tempos previsto a ocorrência de uma pandemia. Por exemplo, o infectologista Stepan Cunha Ujvari, disse em 2011: A possibilidade de uma nova epidemia por algum vírus semelhante ao de 2003 [SARS, Síndrome Respiratória Aguda Severa] é considerável e virá, provavelmente, dos morcegos” (p.22). O que evidentemente desmente a tese dos governos que afirmam que o novo surto de coronavírus tenha surgido de repente. Mesmo uma personalidade do mundo dos negócios como Bill Gates, chegou a prever, na década de 2010, a ocorrência de uma epidemia global. Ele afirmou em 2015 que “não estamos preparados para uma próxima pandemia”. Antes dele, Michael Osterholm, especialista em doenças infecciosas, tinha alertado há uma década e meia, que o mundo enfrentaria uma pandemia. Osterholm, da Universidade de Minnesota, escreveu na revista *Foreign Affairs* em 2005, que “este é um ponto crítico em nossa história. O tempo está se esgotando para nos prepararmos para a próxima pandemia. Precisamos agir agora com determinação e propósito” – alerta que ele depois reiterou em seu livro de 2017 intitulado *Deadliest Enemy: Our War Against Killer Germs* [O inimigo mais mortífero: nossa guerra contra os germes assassinos]. Outros infectologistas também já estavam sinalizando sobre os riscos de pandemias ao exemplo de Robert G. Webster, também conhecido como caçador de gripe foi ele quem descobriu a relação entre gripe aviária e a gripe humana. Assim como comunidade de inteligência dos EUA que também já tinham alertado para a vulnerabilidade dos EUA diante de um surto de gripe ou outras doenças

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

infecciosas, todavia nenhum dos inúmeros alertas em relação a possibilidade de uma pandemia global foi levada a sério (ALVES, p. 3 2020).

Portanto, todos esses alertas foram sucessivamente ignorados pelos governos capitalistas e pelas corporações capitalistas do mundo dos negócios que estavam preocupadas em salvar a economia e o capitalismo de suas constantes crises, oriundas do crash financeiro e da constante queda da taxa de lucros. Tanto economistas como sociólogos, têm observado que desde 2008 que o capitalismo global vive uma longa depressão (ROBERTS, 2016; ALVES, 2018). As constantes crises capitalistas que incentivam as reestruturações produtivas afetam diretamente o trabalho vivo, que vai se tornando cada vez mais fragmentado como classe e cada vez mais desprotegido socialmente.

Hodiernamente podemos observar o empobrecimento persistente da classe trabalhadora. A pandemia revelou tal situação social de precariedade causada pelo capitalismo global. Milhares de trabalhadores empobrecidos, pelo mundo, se viram diante de uma escolha de vida difícil: morrer de fome ou enfrentar a contaminação pela COVID-19. Caso adoeçam - e tenham sorte - poderão desenvolver apenas sintomas menos agressivos, caso contrário, podem ter suas vidas abreviadas, ou lesões permanentes, já conhecidas, ou ainda desconhecidas, levando-se em conta o caráter sistêmico dessa patologia.

A pandemia do novo coronavírus escancarou as contradições do capitalismo, expondo sua natureza nefasta, onde o valor de troca e a acumulação do capital é mais importante do que a vida das pessoas assim como também, escancarou a consciência fragmentada de classe e de como os trabalhadores de uma das categorias mais afetadas no momento lutam por renda e não por direitos. Com base na exposição acima, é possível compreender que o problema da nova classe de trabalhadores precários vem há muito tempo sem que nada seja feito; e agora surgem as ameaças biológicas que tendem a se tornarem constantes, sendo elas responsáveis pela morte e adoecimento de milhares –

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

talvez milhões de trabalhadores pobres e desprotegidos no mundo. Em sua maioria, esses trabalhadores não têm a consciência de sua própria condição e aqueles que conseguem enxergar, encontram-se paralisados diante da ofensiva do capital.

Diante de tudo isso, podemos imaginar que o “empreendedorismo farsesco” do Brasil, dentre tantas outras questões não menos fundamentais, seja um dos fatores que contribuiu para a disseminação desenfreada da Covid19. Ele se liga perfeitamente ao crescimento da informalidade e ao decorrente desamparo legal dos trabalhadores; ao precariado que se vê às voltas com o trabalho *just in time* e com tentativas de regulação institucional da informalização e da precarização do trabalho; bem como se fortalece com a fragmentação da consciência de classe. Os valores do auto empreendedorismo e toda a meritocracia que está em sua base, se coadunam perfeitamente com os valores de uma sociedade como a nossa, onde o trabalho ocupa lugar central, não por seu caráter emancipador, mas por ser uma representação de cidadania que é um simulacro: ser cidadão sem ser politizado, sem ter acesso aos rumos da *polis*, sem ter o controle de seu trabalho e de seu futuro, até porque não consegue prevê-lo devido a necessidade candente de sobrevivência, que o joga em manobras táticas e não estratégicas de existência. Tudo aprisiona o trabalhador em um cotidiano de contingências que facilmente escapam a sua reflexão e que por isso o falso dilema salvar vidas ou salvar a economia ganha sentido e confunde os julgamentos, principalmente porque não pode contar com o amparo do Estado.

O trabalhador *just in time* não possui – em sua grande maioria - trabalhos dignos e, portanto, estão submetidas a ocupações precárias onde o valor do trabalho depende da quantidade de atividades realizadas, onde a lei do valor se impõe terrivelmente até as últimas consequências. Dessa forma, as pessoas que trabalham não têm condições mínimas para se manterem em casa por um período maior de 24 horas. Os trabalhadores submetidos ao trabalho *just-in-time* (o precariado informal) constituem-se como o grupo

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mais vulnerável: eles precisam sair de casa todos os dias para garantir a alimentação de sua família.

Nesse ponto, a pandemia escancarou a *crise metabólica de reprodução do trabalho vivo* e a impossibilidade de pensar formas de sustentação social baseadas no modo de controle sociometabólico do capital. Enfim, é preciso pensar para além do capital como modo de controle das relações humanas, e verdadeiramente quebrar as correntes da servidão visando *emancipar as pessoas humanas*. A sobrevivência da humanidade está ligada à nossa capacidade para pensar novas formas produtivas que nos permitam construir uma nova consciência de classe e, portanto, novas solidariedades, que nos permitam enfrentar as contingências, como uma Pandemia, valorizando a vida e não a economia.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Editora Práxis, 2013.
- ALVES, Giovanni. *A condição de proletariedade: A precariedade do trabalho no capitalismo global*. Bauru: Editora Práxis, 2009.
- ALVES, Giovanni. *A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório*. Bauru. Editora Práxis, 2016.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ALVES, Giovanni. “O novocoronavirus e a catástrofe do capitalismo global”. Blog Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/20/o-novo-coronavirus-e-a-catastrofe-do-capitalismo-global/> acesso em: 31 jun 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BECK, Ulrich. *Um nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo em la era de la globalizacion*. Barcelona.Buenos Aires. México: Paidós Estado y Sociedad. 2003.

BENDASSOLLI, Pedro F. o culto da performance como resposta á crise da ontologia do trabalho. In: EHRENBURG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. São Paulo. Editora ideias e letras, 2016.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASADORE Marcus Marini e CASTRO, Matheus Fernandes. “Os problemas da desumanização, do assujeitamento e das resistências frente aos imperativos socioeconômicos atuais: considerações sobre as relações sociais e de trabalho”. Revista Espaço Acadêmico 2018.. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44724>. Acesso dia 10/05/2020

CASTRO Matheus Fernandes. “O coronavírus e os motoboys”. *Boletim Filoczar*. 2020 disponível em: <https://www.editorafiloczar.store/departamento/36428/06/boletim> acesso em 11/11/20.

DEJOURS, Christophe. “Por uma nova visão do sofrimento humano nas organizações”. In.: CHANLAT, J. F. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo, Atras, 1992.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes,2011.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

STANDINGIN, Guy. *O precariado a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autentica Editorial, 2013.

LUKÁCS, George. *História e consciência de classes estudos sobre dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

LINHART, 1991. “Modernização e Precarização da Vida no Trabalho” in: ANTUNES, Ricardo. *A Riqueza e a Miséria do Trabalho no Brasil*, Volume 2. Editora Boitempo, São Paulo 2011.

MARX Karl, ENGELS Friedrich. *A sagrada Família (ou crítica da crítica crítica)*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MALAGUTI Manoel Luiz. *Crítica à Razão Informal A imaterialidade do Salariado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001

MÉSZAROS. István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo. HUCITEC editora, 1996.

GROSS, Otto. *Por uma psicanálise revolucionária*. São Paulo: AnnaBlume editora, 2017.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere volume 4: Temas de cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SATO, Leny. A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano - as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SELIGMANN - SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.

Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

SVARTMAN, Bernardo Parodi. P. *Trabalho e desenraizamento operário: um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.

WEIL, S. *A condição operária e outros escritos sobre a opressão*. Org. Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.